

RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI
35ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, dia 20/11/2012

ITEM 74

Processo: TC-1254/026/11.
Prefeitura Municipal: Altair.
Exercício: 2011.
Prefeito(s): José Braz Alvarindo do Prado.
Acompanha(m): TC-001254/126/11.
Fiscalizada por: UR-8 - DSF-II.
Fiscalização atual: UR-8 - DSF-II.

Tratam os autos das CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALTAIR, exercício de 2011.

A Fiscalização *in loco* foi realizada pela UR-08 (São José do Rio Preto), que no relatório elaborado às fls. 12/33 apontou falhas nos itens:

1. **Item A.1 - PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** - LDO não prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira; LOA contém autorização para abertura de créditos suplementares em percentual incompatível com a inflação prevista para o período fiscalizado; ausência de previsão orçamentária de recursos que assegurem o princípio da absoluta prioridade da criança e do adolescente; Município não editou o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
2. **Item B.1.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - déficit de 3,22%;
3. **Item B.1.2 - RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL** - resultados financeiro e econômico deficitários;
4. **Item B.1.3 - DÍVIDA DE CURTO PRAZO** - Prefeitura não possui liquidez frente seus compromissos de curto prazo;

5. **Item B.1.4 - DÍVIDA DE LONGO PRAZO** - aumento de 167,64% da Dívida Consolidada;
6. **Item B.3.1 - ENSINO** - montante aplicado com recursos do FUNDEB superou os valores recebidos, demonstrando a existência de falhas na execução dessas despesas;
7. **Item B.3.1.1 - AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO** - exclusão de despesas com gêneros alimentícios apropriadas no ensino e de restos a pagar não quitados até 31/01/2012;
8. **Item B.3.2.1 - AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO** - exclusão de restos a pagar da saúde não quitados até 31/01/2012;
9. **Item B.4.1 - REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS** - Município não efetuou o pagamento integral do montante constante do Mapa Orçamentário de 2010 (regime ordinário); edição de decreto e depósitos optando pelo regime especial anual, embora o Município enquadre-se no regime ordinário; inscrição em dívida fundada de montante ainda em litígio;
10. **Item C.1 - FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES** - despesas precedidas do devido procedimento licitatório foram informadas no Sistema Audesp como decorrentes de dispensa de licitação;
11. **Item C.1.1.2 - GASTOS SEM LICITAÇÃO** - realização de gastos com combustíveis e aquisição de medicamentos sem a realização do devido procedimento licitatório;
12. **Item C.2.2- EXECUÇÃO CONTRATUAL** - pagamentos acima do valor contratado e após o fim do período de vigência contratual à empresa Figueiredo e Rocha Clínica Médica; pagamentos inferiores ao contratado à empresa Maria Ivone Teixeira de Araujo Barbosa Ltda - ME;
13. **Item D.5 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL** - atendimento parcial às Instruções e recomendações do Tribunal.

Notificado, o responsável apresentou suas razões de defesa acompanhada de documentos (fls. 38/97),

respondendo a todas as matérias em que foram apuradas falhas pela Fiscalização.

Instados a se manifestar, a Assessoria Técnico-Jurídica, em análises econômico-financeira e legal, sua Chefia e o Ministério Público de Contas opinaram pela emissão de parecer favorável.

É o relatório.

VOTO.

As contas do EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALTAIR, exercício de 2011, apresentaram algumas falhas de ordem formal que podem ser relevadas, em razão das justificativas apresentadas.

O Município cumpriu os índices constitucionais e legais obrigatórios, inclusive em relação ao pagamento dos precatórios, ao recolhimento dos encargos sociais, à remuneração dos Agentes Políticos e aos repasses à Câmara Municipal:

Ensino: 35,37%

FUNDEB: 100,00%

FUNDEB com profissionais do magistério: 75,25%

Saúde: 26,30%

Pessoal e Reflexos: 39,14%

O déficit orçamentário de 3,22% pode ser aceito em face das justificativas apresentadas e da manifestação da assessoria especializada na matéria.

A defesa esclareceu todas as falhas apontadas no relatório de Fiscalização e que conforme a instrução processual demonstrou, podem ser relevadas, com recomendação para que a Administração se atente para as correções devidas.

Assim, VOTO pela emissão de PARECER FAVORÁVEL às contas em exame, excetuando-se os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Por fim, acolho a proposta feita pelo Ministério Público de Contas determinando a formação de APARTADO para tratar das matérias referentes aos itens C.1.1.2 e C.2.2.

É O MEU VOTO.

São Paulo, 20 de novembro de 2012.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO

GNA